

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E METODOLOGIAS FRENTE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM MICROCEFALIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Eduardo Mendes Gomes ¹
Cândida Maria Farias Câmara ²

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca, por meio da pesquisa bibliográfica, elucidar a importância da formação docente, em especial as metodologias de inclusão às crianças com necessidades educacionais especiais decorrentes da microcefalia.

Nas investigações dentro dos acompanhamentos de neonatos e puericulturas existe uma curva padrão de medidas, a qual auxilia a equipe de saúde na identificação de atrasos, anomalias e/ou deficiências no desenvolvimento da criança. De acordo com Marinho et al. (2016), as microcefalias quando se apresentam imediato ao nascimento classifica-se por primária e, ao surgirem tardiamente após o período neonatal denomina-se por secundária. Desta forma, é identificado com microcefalia quando o perímetro cefálico (PC) da criança está dois desvios abaixo da curva padrão indicada pela Organização Mundial da Saúde - OMS.

Vargas et al. (2016) afirma com base no Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc) que a identificação e registro de casos com microcefalia em média era de 156 casos anualmente, compreendidos entre os anos de 2010 a 2014. Contudo, até novembro de 2015 o Ministério da Saúde apresentou como dado do referido ano, 1.248 casos suspeitos de microcefalia presentes em 311 municípios do país (BRASIL, 2015).

A microcefalia está, na maioria dos casos diretamente relacionada às crianças com déficit intelectual, epilepsia, atraso no desenvolvimento de linguagem e/ou motor, paralisia cerebral, entre outras. É válido ainda ressaltar que a criança com microcefalia pode ou não apresentar os sinais anteriormente citados (BRUNONI et al., 2016).

Em decorrência ao grande número de recém-nascidos com microcefalia no ano de 2015, quatro anos depois surge uma quantidade expressiva destas crianças a ingressar na Educação Infantil. Por se tratar de um assunto novo, os professores, na maioria das vezes, não recebem formação acerca de metodologias de inclusão para trabalhar com essas necessidades educacionais especiais advindas da microcefalia. Diante o exposto, questiona-se: Como pode-se trabalhar os desafios metodológicos que os professores encontram no processo de inclusão de alunos com microcefalia na Educação Infantil?

A grade curricular dos cursos de pedagogia, curso necessário para atuar como docente da Educação Infantil, não oferece disciplinas que contemplam as necessidades educacionais especiais de alunos com microcefalia. Logo, este trabalho tem sua relevância uma vez que, investiga os desafios enfrentados pelos docentes e conduz a uma reflexão acerca da formação de professores sobre estas necessidades.

O presente artigo tem como objetivo relacionar, por meio de revisão de literatura, metodologias de ensino-aprendizagem que auxiliem o professor no processo de inclusão de crianças com microcefalia na Educação Infantil.

¹ Graduando do Curso de Psicologia do Centro Universitário Católica de Quixadá, eduardomendesg@outlook.com;

² Mestra pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará - UFC, candidacamara@unicatolicaquixada.edu.br

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Esta pesquisa classifica-se como bibliográfica, de natureza qualitativa, com o objetivo descritivo-exploratório. O método abordado para uma maior compreensão sobre o assunto foi a revisão de literatura simples, procedimento utilizado para a coleta das informações sobre o conteúdo.

Para a execução da pesquisa foram utilizados periódicos dentro do intervalo de tempo de 2005 a 2019 que fazem relação com o assunto para fichamento e organização das ideias. A coleta de dados deu-se através da plataforma eletrônica SciELO (Scientific Eletronic Library on-line), periódicos virtuais do Ministério da Educação, Ministério da Saúde, e ainda a utilização de livro impresso. O uso dos descritores: microcefalia, família, educação infantil, educação especial, educação inclusiva e formação de professores auxiliaram na pesquisa dos periódicos. Na busca foram encontrados 11 artigos, dentre os quais foram utilizados 06. Os critérios de inclusão foram: artigos que contemplassem pelo menos dois descritores simultaneamente e em língua portuguesa.

DESENVOLVIMENTO

Segundo Albuquerque et al. (2018), as neuropediatras de Pernambuco, Brasil observaram os primeiros casos e aumento do número de crianças com microcefalia por malformações congênitas, inicialmente sem causa identificada. De acordo com Felix e Farias (2018), foi então no quarto trimestre do ano de 2015 que ficou marcado como a grande epidemia de microcefalia associado ao elevado número de transmissão pelo *Zika* vírus no Brasil, em destaque a região Nordeste do país até o ano de 2016.

O mosquito *Aedes aegypti* é o causador e não somente do *Zika* vírus, uma vez que, ele também é o vetor da dengue, *chikungunya* e, em períodos anteriores, da febre amarela. A responsabilidade de diminuição e eliminação do mosquito até a erradicação do mesmo é de responsabilidade do governo em parceria com a conscientização da população brasileira (FELIX e FARIAS, 2018).

Albuquerque et al. (2018) nos elucida que o perímetro cefálico menor que o padrão exigido pela OMS indica a microcefalia, contudo é necessário a realização de exames de imagens para a verificação de anomalias congênitas. Isso porque o desenvolvimento cerebral durante a vida intrauterina pode sofrer alterações ocasionadas por outras circunstâncias, como: hipoxia (pouco oxigênio), distúrbios metabólicos, exposição a agrotóxicos e infecções (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015).

É importante destacar que os primeiros reflexos de pressão palmar, plantar e de sucção das crianças com microcefalia estão presentes, todavia estas crianças podem apresentar posteriormente dificuldade em deglutir alimentos. Em geral, além do pequeno perímetro cefálico o qual resulta em dobras características no couro cabeludo, o exame neurológico sugere a possibilidade do surgimento de rigidez muscular, agitação motora motivada pelo aumento dos reflexos, irritabilidade, tremores e convulsões. Outros exames específicos também podem confirmar danos a visão e dificuldades auditivas (ALBUQUERQUE et al., 2018).

A microcefalia ainda é um tema novo e os pesquisadores buscam mais informações acerca do assunto, além dos sinais já expostos, “especialistas temem que alguns bebês, aparentemente saudáveis na infância, possam ter esquizofrenia ou distúrbio bipolar na vida adulta” (MCNEIL JUNIOR, 2016, p. 189).

Pode-se associar as limitações físicas das crianças com microcefalia às suas possíveis dificuldades de viver, conviver e interagir na sociedade. De acordo com a pesquisa de Felix e Farias (2018) com cinco pais de crianças com microcefalia e que possuem acompanhamento profissional especializado, um dos pais supõe a dependência permanente dos cuidados paternos, outros ainda relatam que seus filhos choram bastante, possuem riscos de engasgo caso não

saibam ofertar alimento de maneira adequada e ainda, lentidão em realizar algumas atividades, especulando que sempre possuirão essa lentidão em quaisquer atividades que venha a desenvolver.

A aceitação e recepção deste novo filho é uma tarefa difícil e que passará por um processo aceitação e de convivência, tanto pelos pais que possuem relação direta, quanto com a sociedade em geral. É válido destacar que, ao ponto em que os profissionais ressalvam na criança suas potencialidades e qualidades, leva o adulto a perceber a criança de outra maneira, sendo assim, é maior a possibilidade e menor o tempo de aceitação da criança com microcefalia (FELIX E FARIAS, 2018).

Tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelos pais de crianças vítimas do *Zica* vírus, pressupõe as barreiras que os professores encontrarão frente as metodologias de ensino e a dinâmica de inclusão das crianças com microcefalia. Assim, vê-se a necessidade de fomentar a formação de professores acerca da Educação Inclusiva.

De acordo com Greguol, Gobbi e Carraro (2013) um dos grandes marcos da educação inclusiva deu-se por meio da promulgação em 1996 do novo texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN que reservou um capítulo para abordar a importância em atender as necessidades educacionais especiais. Neste mesmo capítulo, o grande avanço destaca-se por convidar sempre que possível, a inserção deste aluno, antes em salas especiais e agora em salas da base comum. Fomenta ainda a obrigatoriedade em fornecer formação adequada para professores acerca do manejo para estas crianças.

Diante a grande demanda crescente da educação inclusiva, em um número expressivo de 1,2 milhão, dado colhido no último Censo Escolar do ano de 2018 Brasil (2018), cabe discutir a formação de professores, desde os que já são graduados aos que estão em processo de graduação. Na grade curricular de formação docente deveria conter disciplinas que os habilitem a lidar com a inclusão da diversidade na sala de aula (GREGUOL, GOBBI E CARRARO, 2013).

Os autores Silveira e Neves (2006) fizeram uma entrevista com professores a respeito da inclusão escolar e social dos alunos com deficiências múltiplas. No critério para inclusão, os professores demonstram desacreditar que estes alunos conseguiriam, de forma efetiva, acompanhar a classe regular, resposta divergente do MEC que afirma grande adaptação pela maioria das crianças. Outros fatores que os professores levantaram foi a situação física da escola, afirmando a necessidade de adaptações às necessidades e, a formação docente para evitar o despreparo técnico e prático do professor.

Ainda, de acordo com a pesquisa dos autores Silveira e Neves (2006), a maioria dos professores, em seu diálogo nas entrevistas, relatam vivenciar sentimentos de frustração, uma vez que não conseguem observar de imediato avanço no processo de aprendizagem, contudo, esse sentimento logo é suprido a partir da crença de que as atividades ofertadas aquelas crianças são suficientes as suas demandas.

As escolas possuem conhecimentos acerca da obrigatoriedade da inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais e ainda sobre o fornecimento de vagas para estas. Contudo, é sabido que somente um professor diante uma sala com vários alunos não é suficiente para manejar esse processo de inclusão e ainda dar conta do ensino-aprendizagem dos demais, sendo assim, o Ministério da Educação sugere a organização de uma equipe interdisciplinar para auxiliar o professor a pensar e executar a prática inclusiva (BRASIL, 2005).

A nova proposta da educação é tornar cada vez menor até o momento de exclusão do espaço entre as escolas de educação especial e de ensino regular. A essência da Educação inclusiva é fornecer a todos alunos, da melhor maneira, o direito de escolarização, e trazer para dentro destas escolas recursos pedagógicos que facilitem o aprendizado do todo (BRASIL, 2005).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O artigo “Características dos primeiros casos de microcefalia possivelmente relacionados ao vírus Zika notificados na Região Metropolitana de Recife, Pernambuco” reafirma com base no SINASC o elevado número de casos de contaminação do *Zika* vírus ocorrido no ano de 2015 e correlaciona aos casos de microcefalia das crianças infectadas. Na oportunidade, os autores ressaltam que pela primeira vez no Brasil foi possível associar uma arbovirose a uma malformação congênita, tendo em vista que existem demais casos de malformação congênita, todavia ligadas a outros fatores durante a gestação (VARGAS et.al, 2016).

A “Nota Informativa nº1/2015 – COES Microcefalia” consegue trazer em números e válida as informações explicitadas pelo artigo anterior sobre os casos de microcefalia nos 311 municípios do país. Em continuidade, também fornece informações gerais a população sobre a etiologia e cuidados do *Zika* vírus (BRASIL, 2015).

Brunoni et. al (2016) por meio do artigo “Microcefalia e outras manifestações relacionadas ao vírus Zika: impacto nas crianças, nas famílias e nas equipes de saúde” traz características de algumas deficiências e dificuldades (já citadas neste trabalho) e faz possível relação com as crianças com microcefalia. De acordo com o autor, as crianças vítimas do *Zika* vírus pode ou não apresentar deficiência durante o seu desenvolvimento.

Em concordância a esta afirmativa, os autores Albuquerque et.al (2018) no artigo “Epidemia de microcefalia e vírus Zika: a construção do conhecimento em epidemiologia” ressalta a importância da realização de exames de imagens para a verificação da existência de anomalias congênitas, isso porque o perímetro cefálico aponta apenas para o tamanho da circunferência craniana e não à associação com malformação congênita.

O livro “Zika: A Epidemia Emergente” de Mcneil Junior (2016) faz uma alusão histórica e a nível global sobre o vírus. Contribui para este estudo ao falar especificamente sobre o Brasil e os recentes e poucos estudos ainda adquiridos. O autor expõe a especulação de alguns pesquisadores sobre a possível existência de transtorno de humor na fase adulta das crianças que não apresentam nenhum transtorno ou anomalia na pouca idade . Pelo pouco tempo que há desde o surto e por não haver adultos com microcefalia decorrentes do vírus, as ideias ainda permanecem no campo das especulações.

Tendo em vista as possíveis dificuldades que essas crianças terão com o passar dos anos desde seu nascimento até a vida adulta, o artigo “Microcefalia e dinâmica familiar: a percepção do pai frente à deficiência do filho” realiza pesquisa com pais de crianças com microcefalia para melhor compreender as barreiras as quais eles estão enfrentando com o nascimento e acompanhamento destas crianças (FELIX e FARIAS, 2018).

É possível, a partir das características levantadas pelos pais sobre o dia-a-dia da criança, por meio do artigo supracitado, especular as necessidades educacionais que elas terão ao ingressar na rede de ensino, desde as barreiras para o processo de inclusão até as dificuldades mais acentuadas como as motoras e cognitivas para o processo de aprendizagem. Assim, a partir de estudos como estes, é viável que as escolas que receberão esses alunos busquem adequar, da melhor maneira possível, as formas de receber e integrar a criança com microcefalia associada a deficiências múltiplas, seja a partir de melhorias na estrutura física ou ainda na capacitação do corpo docente da instituição.

Em complemento da ideia, pode-se utilizar o periódico “Formação de professores para a educação especial: uma discussão sobre os modelos brasileiros e italiano” que friza a importância de incluir o aluno na base comum de ensino e não deixá-lo isolado nos muros das salas especiais. Para isso, os autores frizam a importância da preparação docente para reagirem frente as necessidades educacionais especiais dos alunos (GREGUOL, GOBBI, e CARRARO, 2013).

O “Documento Subsidiário à Política de Inclusão” do Ministério da Educação preconiza a diminuição gradativa da distância entre educação especial e regular. Os professores com o uso de materiais lúdicos, pedagógicos e uma boa formação podem fornecer ao aluno,

independente de sua necessidade, a inclusão e métodos de manter contato com o conhecimento, é válido ressaltar que cada aluno possui seu tempo de aprendizagem.

Como bem cita o artigo “Inclusão escolar de crianças com deficiência múltipla: concepções de pais e professores.” Os professores, na maioria das vezes por não possuírem formação acerca de cuidados e metodologias de inclusão e ensino-aprendizagem à crianças com deficiências múltiplas desacreditam que estas possam acompanhar os demais alunos no quesito aprendizagem e na maioria das vezes estes professores se dizem frustrados com a situação (SILVEIRA e NEVES, 2006).

É comum temer o que não se conhece. Logo, acredita-se que a formação docente e uma equipe preparada para fornecer um suporte ao professor quanto as práticas de ensino e inclusão, provavelmente tornaria-os mais seguros no exercício da profissão frente ao trabalho de crianças com microcefalia e demais deficiências múltiplas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados levantados nos periódicos, nota-se que a microcefalia em decorrência do *Zika* vírus ainda é um conteúdo pouco estudado com maiores pesquisas acerca de sua etiologia. Vale ressaltar que os primeiros casos no Brasil confirmados foram no ano de 2015 o que implica em poucos anos para o estudo.

Somente no ano de 2018 e 2019, quatro anos depois, estes alunos possuem maior número de ingresso na educação infantil, o que pode-se tornar ferramenta importante para os pesquisadores na investigação de comportamentos, dificuldades educacionais e metodologias favoráveis aos professores no processo de inclusão e ensino-aprendizagem.

O presente trabalho procurou por arcabouços teóricos os quais associassem a microcefalia a metodologias de inclusão e ensino-aprendizagem na educação infantil, contudo entre os resultados encontrados, nenhum artigo citava essas características. Nota-se que as atuais pesquisas estão voltadas com maior intensidade para a explicação da etiologia, cuidados e primeiros sinais da criança vítima do *Zika* vírus.

Palavras-chave: Microcefalia, Família, Educação Infantil, Educação Especial e Formação de Professores.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. de F. P. M. de et al. Epidemia de microcefalia e vírus Zika: a construção do conhecimento em epidemiologia. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n.10, e00069018, 2018.

BRUNONI, D. et al. Microcefalia e outras manifestações relacionadas ao vírus Zika: impacto nas crianças, nas famílias e nas equipes de saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3297-3302, Oct. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Documento Subsidiário à Política de Inclusão**. Brasília, DF, 2005. 52p.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar 2018 revela crescimento de 18% nas matrículas em tempo integral no ensino médio**. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria da Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Nota Informativa nº1/2015 – COES Microcefalia**. Brasília, DF, 2015.

FELIX, V. P. da S. R.; FARIAS, A. M. de. Microcefalia e dinâmica familiar: a percepção do pai frente à deficiência do filho. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 12, e00220316, 2018.

GREGUOL, M.; GOBBI, E.; CARRARO, A., Formação de professores para a educação especial: uma discussão sobre os modelos brasileiro e italiano. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 19, n. 3, p. 307-324, Sept. 2013.

MARINHO, F. et al. Microcefalia no Brasil: prevalência e caracterização dos casos a partir do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc), 2000-2015. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 25, n. 4, p. 701-712, Dec. 2016.

MCNEIL JUNIOR. DG. Zika: a epidemia emergente. São Paulo: Editora Planeta do Brasil; 2016.

SILVEIRA, F. F.; NEVES, M. M. B. da J. Inclusão escolar de crianças com deficiência múltipla: concepções de pais e professores. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 79-86, Apr. 2006.

VARGAS, A. et al. Características dos primeiros casos de microcefalia possivelmente relacionados ao vírus Zika notificados na Região Metropolitana de Recife, Pernambuco. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 25, n. 4, p. 691-700, dez. 2016.